

“Tupi ou not tupi”

Em um mundo em que a expressão de ordem é “preservação cultural”, é de se lamentar que, ainda hoje, se discute as condições subumanas em que vive a população indígena brasileira, cuja sobrevivência está constantemente ameaçada, em especial, devido à falta de proteção da cultura e do espaço indígenas – isso, sem dúvida, graças à desídia do poder público. Seja pelos processos de urbanização ou pelo avanço do agronegócio, o fato é que os indígenas raramente têm seus direitos respeitados; são alvos apenas da arte e da literatura brasileiras, cartões postais da identidade nacional.

A demarcação das terras indígenas, questão há tempos enfrentada, está, necessariamente, associada à manutenção da cultura desses povos, visto que os costumes, as crenças, os valores, enfim, a sobrevivência dos indígenas está sujeita ao contato direto com a natureza. Esse patrimônio da diversidade humana e étnica brasileiras concorre com os interesses da expansão do agronegócio, cuja lógica capitalista não respeita limites geográficos, muito menos culturais. Daí a razão para que as demarcações indígenas saiam do papel, em caráter de urgência.

No papel, aliás, Oswald de Andrade, poeta modernista do século XX, escreveu uma das mais contundentes provocações: “tupi or not tupi, that’s the question”. Ora, a questão proposta pelo poeta, qual seja ser ou não ser tupi, depende de ações afirmativas a serem encaminhadas pela classe política que, infelizmente, mais alinhada aos interesses da bancada ruralista, pouco se mobiliza para atender às demandas indígenas, sobretudo as manifestações culturais e a manutenção das reservas. Soma-se a esses desafios o próprio movimento desordenado da urbanização, que impõe ao indígena uma dupla pena: enquanto as cidades avançam sobre terras indígenas, os centros urbanos fazem, deles, verdadeiros marginalizados na selva de asfalto e poste.

Por tudo isso, vê-se que terra e preservação cultural dialogam entre si – ou, pelo menos, deveriam. Para resolver a questão, é preciso aprovar, no Congresso Nacional, projetos de demarcação territorial, o que deve ser viabilizado pelo clamor da pressão popular sobre os parlamentares, por meio de apelos midiáticos e petições on-line. O MEC, por sua vez, deve introduzir no currículo obrigatório do Ensino Básico, disciplinas que focalizem os povos originários. Enquanto isso, a Funai deve defender mais eficientemente os interesses dos indígenas, que, antes de nós e antes de Caminha, andavam nus, sem cobertura alguma – mas eram donos das terras.

Por Gislaine Buosi